

# Plano Nacional de Educação e a meta de universalização da pré-escola em Santa Catarina

Marcos Vinicio Wink Junior & Sulivan Desirée Fischer

Este é o primeiro boletim de uma série que será publicado periodicamente sobre a política de educação nacional e no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de subsidiar gestores públicos, conselhos de direitos da criança e do adolescente, ministério público e pesquisadores sobre o status, o panorama atual das metas do plano nacional e estadual e lançar luz sobre os desafios em determinadas etapas ou modalidades da educação, com recortes, o qual todos devem se mobilizar. A análise recai sobre as metas do Plano Nacional de Educação, (PNE) que encerra em 2024 (Lei nº 13.005/14) e o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), que tem vigência até 2025 (Lei estadual nº 16.794/2015). A menos de um ano do fim da vigência do PNE, observa-se que das 20 metas estabelecidas para os 10 anos, algumas apresentam retrocessos e parte, apesar de apresentar avanços, não foram alcançadas. A meta 1 de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, para atender até 2024, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos, embora tenha se observado um considerável avanço no acesso à educação nesta etapa nos últimos anos, as estimativas do suplemento de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2022 indicam que ainda há no Brasil mais de 425 mil crianças com idades entre 4 e 5 anos<sup>1</sup> que não estão frequentando a escola. Esse número é equivalente a cerca de 7% das crianças pertencentes a essa faixa etária. O cenário em Santa Catarina não destoa do nacional em relação a universalização do atendimento em pré-escola. Em SC eram 17% das crianças entre 4 e 5 anos, fora da escola em 2014. As estimativas atuais apontam que mais 13 mil crianças, entre 4 e 5 anos de idade, não frequentam escolas no Es-

<sup>1</sup>Estimativas construídas, considerando a idade escolar, com base na idade da criança na data de referência de 31/03/2022

Tabela 1: Crianças entre 4 e 5 anos fora da escola em SC

	Total	Pretos, Pardos e Indígenas	Pobres	Rural
%	5,85	7,98	8,54	9,79
Nº	13.077	4.052	364	3.297

Fonte: Microdados do suplemento de educação da PNAD Contínua 2022.  
Nota: Estimativas construídas, considerando a idade escolar, com base na idade da criança na data de referência de 31/03/2022.

tado. Em outras palavras, ainda são aproximadamente 6% de crianças em idade pré-escolar fora da escola. Embora esse número agregado seja menor que o brasileiro, analisando os grupos mais vulneráveis no Estado, é possível verificar que essa porcentagem é maior do que a observada em âmbito nacional. Entre os pretos, pardos e indígenas de SC, por exemplo, a proporção de crianças entre 4 e 5 anos de idade fora da escola é de quase 8%. Para pobres<sup>2</sup> é de mais de 8,5% e, para residentes de zonas rurais é de aproximadamente 10%. Isto é, quando analisado em profundidade, separando a população por raça/cor, situação socioeconômica e residentes em área urbana e rural, é perceptível a desigualdade de acesso para esse grupo. A tabela 1 apresenta os dados.

O *déficit* de atendimento na pré-escola para esse grupo pode levar a reprodução do ciclo de pobreza. Estudos como o desenvolvido por Brooks-Gunn et.al. (2003), mostram que a combinação de pobreza, baixa escolaridade e status econômico, pode levar a um menor estímulo cognitivo e de interação social de qualidade, impactando no desenvolvimento da linguagem, habilidades cognitivas e desempenho futuro dessas crianças, limitando suas próprias expectativas. Os domínios cognitivo, social e emocional de crianças que frequentam a pré-escola têm

<sup>2</sup>Considera-se a linha de pobreza domiciliar do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) de R\$ 218 per capita.

relevância significativa para potencializar o seu desenvolvimento nas outras fases da vida, por isso, a expansão da oferta, principalmente para os grupos menos favorecidos se faz necessária, para corrigir essas desigualdades. Para avançar na busca de soluções para enfrentar o problema, é importante ações conjuntas, intersetoriais, envolvendo não apenas a educação, mas órgãos como assistência social, direitos humanos, conselho tutelar, conselho de direitos da criança e do adolescente, ministério público, universidades, para planejar ações em busca de mitigar o problema.

## **Referências**

BROOKS-GUNN, J. et al. Do you believe in magic? What we can expect from early childhood intervention programs. Social Policy Report, v.17, n.1, p.3-15, 2003.